

A apropriação do conceito de Imperium na história do Populus Romanus na obra De Monarchia de Dante Alighieri

Eduardo França de Souza

Universidade de Pernambuco

Petrolina - Pernambuco - Brasil

eduardo.franca@upe.br

Resumo: O presente artigo¹ busca desenvolver um estudo sobre a apropriação do conceito político *Imperium* pelo poeta florentino Dante Alighieri em seu tratado político *De Monarchia*. Os termos e conceitos veem mudando constantemente ao longo do tempo e recebem apropriações singulares dependendo do seu uso histórico. O *Sommo Poeta* incorpora o termo *Imperium* para os seus usos políticos e estudos, como era comum na realidade de pensadores do Baixo Medievo. No *De Monarchia* o conceito cumpre um papel central em sua perspectiva política e histórica da forma de resolver os problemas da península Itálica. Por meio de sua noção de Império e do uso da história do povo romano, o propósito desse estudo pretende apontar a singularidade do pensamento político dantesco como uma possibilidade de compreender os acontecimentos e as formas de conhecimentos políticos e históricos produzidos no baixo medievo.

Palavras-chave: Política. Medieval. História. Roma. Imperium.

Introdução

Os escritos do mundo clássico ganharam uma visibilidade maior quando saíram dos mosteiros e dos copistas e adentraram no mundo urbano da Baixa Idade Média. Esse fenômeno ocorreu com o avivamento dos escritos clássicos a partir no século XI e nos séculos seguintes, à medida que o aumento das referências e consultas aos pensadores gregos e romanos vão ganhando canonicidade nos estudos medievais. O *status* de autoridade no conhecimento desses pensadores fundamenta o norte de produção de episteme da época, constituindo uma ligação com o pensamento da sociedade medieval.

Um conteúdo que pode ser diretamente relacionado a essa tradição e autoridade tardo-medieval é o pensamento político. Com o surgimento das Universidades europeias², o

¹ Artigo realizado como forma de Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado na data de 18/11/2020 pela UPE — Campus Petrolina.

² Consideramos o surgimento das universidades europeias no período do final do século XI. Antes dessa data, é possível fazer um norteamundo do mundo islâmico e suas universidades e madraças, que já no século VIII e IX, começavam-se a criar instituições semelhantes aos das universidades europeias, que estas apareceriam séculos depois.

crescimento demográfico e ampliação do comércio, o contexto citadino ganhou projeção política e tornou-se diversificado em atividades e interesses (HASKINS, 2015, p. 20). Neste momento, os textos antigos que estavam restritos ao mundo dos clérigos, progressivamente, ganharam outros setores da sociedade, principalmente aqueles setores laicos a margem das ordens religiosas. Do século XII ao XIV, pensadores políticos e filósofos de diferentes posições de conhecimento receberam destaque junto com as movimentações e avanço das instituições seculares e eclesiásticas que disputavam seus territórios e domínios. Um dos autores que pode se destacar sobre o conteúdo e vida política do século XIII e XIV é o poeta florentino Dante Alighieri, que viveu e escreveu suas obras no período do *trecento* italiano e nos primeiros passos do Humanismo renascentista.

Durante Alighieri, ou Dante Alighieri, nasceu entre as datas 14 de maio e 13 de junho em 1265 na cidade de Florença. O que podemos saber sobre a vida do *Sommo Poeta* provém de suas obras e das biografias póstumas³ de autores como o poeta Giovanni Boccaccio⁴, responsável por manter a tradição das leituras e da memória Dantesca. Possivelmente em relação a suas origens⁵, nasceu em uma família tradicional⁶ de partidários Guelfos, mas ainda sem uma notável projeção política (FRANCO JUNIOR, 2000, p. 25). Sua notoriedade chega aos círculos poéticos de Florença, e destaca-se como um dos utilizadores do *Dolce Stil Nuovo*⁷,

³ Em relação às biografias sobre Dante que circulavam na metade do século XIV: "A primeira versão da biografia, mais extensa, remonta, conforme já dito, aos anos entre 1351 e 1355; a segunda versão, resumida, foi composta por volta de 1360; a terceira, também um resumo, em torno de 1365" (STERZI, 2008, p. 21).

⁴ Giovanni Boccaccio (1313-1375) foi um poeta e literário italiano. Especializado nas obras de Dante, ajudou, consideravelmente, na divulgação e popularização do poeta florentino: "Entre os demais leitores, foi a biografia de Dante escrita pelo mesmo Boccaccio que mais chamou e ainda chama atenção. Entre as *Esposizioni* e a *Vita di Dante* (também conhecida como *Trattatello in laude di Dante* – Pequeno tratado em louvor a Dante), há significativas diferenças de compreensão e avaliação de empreendimento e do legado de Dante, diferenças que se devem menos a uma transformação individual de Boccaccio do que um bem mais ampla mutação cultural (STERZI, 2008, p. 20).

⁵ Dante era Filho de Alighiero II di Bellincione e Bella degli Abati. Segundo os relatos, sua mãe faleceu ainda na sua infância.

⁶ O próprio poeta aparece em seus escritos como parte de uma família tradicional de Florença, até mesmo conhecendo a história de seu trisavô cruzado Caccaguida (Ver em: DANTE ALIGHIERI, *Divina Comédia, Paraíso*, Canto XV), mas, aparentemente, existe um consenso entre os pesquisadores de que Dante seria de uma família nobre em declínio. Para o historiador Hilário Franco Jr, as condições sociais da família de Dante mostram-se em declínio pelo fato da disparidade entre ele e a Beatriz Portinari, filha de um rico banqueiro ao qual é referência poética em suas obras (FRANCO JUNIOR, 2000, p. 24). Como os casamentos eram contratos familiares na época, seria impossível a união dos dois, levando Dante a se comprometer com Gemma Donati, de família ramificada de uma das famílias ricas de Florença (FRANCO JUNIOR, 2000, p. 26).

⁷ O "Doce estilo novo" é uma nomenclatura para denominar um grupo de poetas toscanos do final do século XIII. Composto pelos poetas Guido Guinizelli, Guido Cavalcanti, Dante Alighieri, Lapo Gianni, Cino de Pistóia, Guanni Alfani e Dino Frescobaldi como os maiores representantes do grupo, esse círculo poético ao qual Dante estava vinculado pode esclarecer o contato intelectual e suas influências na produção de suas obras.

junto a poetas com Guido Cavalcanti⁸, Cino de Pistóia⁹ e Guido Guinizelli¹⁰. Posteriormente, envolve-se nos assuntos políticos da cidade de Florença e na atividade intelectual¹¹. Conhecido pela sua obra monumental *Comédia* (que depois receberá o epíteto “*Divina*”) e a obra filosófica o *Convívio*, Dante figura entre os grandes autores da Literatura Ocidental e é uma referência importante para os poetas e literatos do Medievo e Modernidade. Seus trabalhos abrangem escritos poéticos, trabalhos de filosofia, filologia, teologia e política.

Em relação ao seu envolvimento político, militou pelos partidários dos Guelfos Brancos e escreveu sobre suas posições políticas. Mesmo durante o seu exílio, foi embaixador de Ravena nos últimos anos de sua vida (STERZI, 2008, p. 14).

A estrutura política na península itálica na época de Dante era constituída de cidades-estados independentes, ou chamadas de Comunas¹². O crescimento demográfico das cidades italianas levou a apresentar uma estrutura diferenciada dos sistemas feudais da Europa no século XIII, como o da França ou da Inglaterra. Apresentando cidades como Veneza, Florença, Milão e Gênova com grande densidade demográfica para a época, o sistema político das cidades italianas passaram a ser gerenciadas pelos seus próprios dirigentes em algumas cidades já no século XI (FRANCO JUNIOR, 2000, p. 17).

Especificamente em Florença, no período anterior à participação política do poeta, a divisão partidária da cidade era entre Guelfos e Gibelinos. Essas duas facções surgem dos conflitos de famílias germânicas sobre o trono do Sacro Império Romano Germânico no século XII, que logo ganharam uma nova significação no território italiano no século seguinte (LOYN, 1997, p. 423). Os Guelfos ganham destaque na península itálica, de modo geral, entre

⁸ Guido Cavalcanti (Florença, 1255-1300) foi um importante poeta e político guelfo italiano, contemporâneo e amigo de Dante. Escreveu a obra *Rimes* e aparece como um dos poetas do *Dolce Stil Nuovo*. Quando Dante se tornou Prior de Florença, foi obrigado a exilá-lo junto com outros chefes guelfos negros e brancos.

⁹ Cino de Pistóia, (1270- 1336), foi um conhecido poeta e jurista italiano, primeiro gibelino e depois guelfo. Sabe-se que foi amigo de Dante e participava dos círculos poéticos onde se encontravam.

¹⁰ Tanto Cavalcanti quanto Guinizelli foram influências contemporâneas de Dante. A sua primeira obra em louvor a Beatriz, *Vita Nuova*, é escrita nos parâmetros do *Dolce Stil Nuovo*.

¹¹ Como afirma a historiadora Mariana Amorim Romero, “A palavra intelectual não fazia parte do vocabulário do homem medieval; geralmente não era usado como um termo independente, um conceito, e sim como um adjetivo: substância intelectual, prazer intelectual, virtude intelectual” (ROMERO, 2016, p.20). Então a utilização do termo intelectual nesse artigo segue a mesma da historiadora em seu trabalho, *Dante Alighieri e a busca do Paraíso: De Florença à Ravena (1265-1321)*, que “Usamos aqui o conceito moderno de intelectual, uma vez que a acepção do termo na Idade Média era outro e nosso poeta não poderia figurar como um intelectual medieval” (ROMERO, 2016, p. 20).

¹² Como afirma o Historiador Hilário Franco Junior, a tradição clássica era enraizada nas cidades italianas e a atividade comercial era intensa, possibilitando um fenômeno de autonomia de dirigentes das próprias comunidades em contrapartida a senhores feudais e controle de bispos. Assim, no Baixo Medievo, podemos afirmar o estabelecimento das Comunas (FRANCO JUNIOR, 2000, p. 16-17).

os apoiantes do poder eclesiástico, enquanto os Gibelinos¹³ tomam o partido do Sacro Império Romano Germânico¹⁴ (STERZI, 2008, p. 161). A rivalidade entre as duas facções políticas culminou em várias batalhas pela península itálica. A batalha de Montaperti, em 1260, deu uma vantagem aos Gibelinos diante dos Guelfos. Os últimos só estabeleceriam sua hegemonia a partir da batalha de Campaldino, em 1289. Resultante dessa vitória militar, na qual Dante teve participação, os Guelfos estabeleceram seus domínios sobre Florença. No entanto, as interferências eclesiásticas e a pressão do Monarca francês e do Imperador Romano Germânico provocaram uma cisão da facção Guelfa. Dante tornar-se-ia partidário dos Guelfos Brancos¹⁵ ao adentrar em sua carreira política¹⁶, se posicionando contra o poder eclesiástico apoiado pelos Guelfos Negros.

Dante, em 1300, foi eleito Prior da cidade de Florença, todavia a facção da qual participava foi contrária aos interesses do poder eclesiástico em Florença. O que resultou na derrota e fuga dos Guelfos Brancos, em 1302, após a coerção do papa Bonifácio VIII e seus apoiantes. Assim, impedido de retornar a sua terra natal, vagou por outras cidades italianas até morrer em 1321. No seu exílio, ainda com esperanças políticas, Dante escreve um tratado *Sobre a Monarquia* (*De Monarchia*), no período em que as atividades do Monarca do Sacro Império Romano Germânico, Henrique VII de Luxemburgo (1275-1313), envolviam a península Itálica.

Sem expectativas de retorno à Florença, a sua obra política é marcada por duras críticas às interferências do poder eclesiástico na soberania do Imperador, tema que pautou os principais debates teológicos e políticos do Medievo (JÚNIOR, 2017, p. 10). A bula estabelecida pelo Pontífice Bonifácio VIII (1230-1303), *Unam Sanctam*¹⁷, em 1302, afrontava

¹³ Mais informações podem ser consultadas no site da Sociedade Italiana Dantesca, no link: <https://www.danteonline.it/index.html>. Acesso em 30/09/2023.

¹⁴ Segundo o estudioso Literário Eduardo Sterzi: "O uso dos termos Guelfo e Gibelino para designar partidos italianos só começou quando o Império estava a cargo de Frederico I (Frederico Barba-Ruiva, ou "*Barbarossa*", como chamavam os italianos). Eleito rei em 1152, coroado Imperador em 1155, Frederico empenhou-se em reafirmar a supremacia imperial da Itália, supremacia que as comunas haviam abalado com o apoio do Papa. É então, neste período de consolidação do poder dos Gibelinos, que os termos se firmam na Itália" (STERZI, 2008, p. 162).

¹⁵ O surgimento da divisão da facção Guelfa acontece depois de sua hegemonia em Florença. Os negros ainda ficaram com a vinculação Papal (algo que seria mais compreensível para a posição de Dante), enquanto os brancos nutriam uma oposição, colocando as esperanças de Florença no Império, assim como os Gibelinos. Dante se vinculou ao lado branco dos Guelfos e uma série de acontecimentos o faria declinar no papel ativo na política.

¹⁶ De acordo com Mariana Amorim Romero "Em 1295 se inscreveu *proforma* em uma corporação de médicos e especialistas para entrar efetivamente na vida política. Iniciou sua participação política em Florença naquele mesmo ano, participando várias vezes de ações do exército florentino, chegando a ser prior da cidade entre 15 de junho e 15 de agosto de 1300, era um entre os seis. Foi neste ano que o poeta contextualizou a viagem que narrou pelo *mundo dos mortos* na *Divina Comedia* e que ocorreu a divisão entre os guelfos brancos (*bianchi*) e negros (*neri*)" (ROMERO, 2016, p. 19).

¹⁷ Consulta do documento disponível no link:

diretamente os interesses dos Imperadores que expandiam sua influência nos territórios europeus. A posição soberana do Pontífice, conhecida como *plenitudo potestatis*¹⁸, promoveu ainda mais discórdia entre os interesses dos Pontífices e o dos Monarcas.

Mesmo que os regimes monárquicos não eram a realidade política da península Itálica no século XIII, e ela sofria com as disputas entre as cidades que conflitavam seus interesses, constantemente, e com a preocupação das invasões de outros poderes. Dante propõe resolver estas relações conflituosas de seu tempo no tratado *De Monarchia*, mediante a proposta de uma governança universal separada do poder eclesiástico. Assim o poeta defende que o sistema de política universal (monarquia) e a natureza humana encontram uma via correta e, do contrário, quando os poderes são fragmentados, causam incontáveis desordens.

De Monarchia

O tratado divide-se em três livros relativos aos seguintes argumentos: (1) *A necessidade da Monarquia*, (2) *Como o povo romano obteve legitimidade o encargo da Monarquia e do Império* e (3) *O encargo da Monarquia e do Império provém imediatamente de Deus*. O primeiro livro defende diretamente a necessidade de um governo único, uma monarquia, ou *Imperium*¹⁹, que garanta o bem-estar do mundo²⁰. O segundo livro defende a soberania do governo romano como legítimo por direito — Nas palavras de Dante, um “povo glorioso”, desde os primórdios de sua história que apenas seguiu o curso já predestinado por Deus da sua grandeza ao domínio do mundo. Por meio dos próprios escritos clássicos, Dante argumenta sobre a grandeza do poder romano e sua legitimação para uma governança global, que estaria explícita ao poeta pela história do povo romano²¹. O terceiro e último livro conclui a discussão da obra em propor separar as duas esferas de poder da sua época, o poder espiritual (concedido uma parte pela Igreja) e o temporal

<http://www.montfort.org.br/bra/documentos/decretos/unamsanctam/>. Acesso em 30/09/2023.

¹⁸ “Na Bula *Unam Sanctam*, um dos documentos mais famosos que tratam das relações entre a Igreja e o poder temporal, Bonifácio VIII sintetiza a teoria da *pletitudo potestatis* do Papa, esclarece que há uma distinção entre o poder espiritual e o temporal, declara a superioridade do primeiro sobre o segundo e também que a Igreja possui apenas um poder indireto (*ratione peccati*) sobre os assuntos temporais” (BARNABÉ, 2010, p. 152).

¹⁹ Dante deixa indissociável no *De Monarchia* o vínculo dos conceitos *Monarchia* e *Imperium* como sinônimos no tratado. Utiliza por se tratar, no contexto da obra, de um Monarca universal, que domina sobre outros monarcas e seus principados.

²⁰ Na obra *De Monarchia*, o poeta apresenta uma desconfiança de governos democráticos ou de vários representantes. Para ele, os interesses do poder dividido fogem do ideal da política, e referenciando as palavras de Jesus nos evangelhos: “Todo reino dividido contra si mesmo está perdido” (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, I, 5, 8).

²¹ O *De Monarchia* também apresenta uma argumentação da providência divina cristã para o povo pagão. Nisso entra uma apropriação cristã sobre as histórias clássicas (ROMERO, 2016, p.132) que será exposto adiante.

dos Monarcas, fundamentando o objetivo principal do tratado que é demonstrar a harmonia desses poderes quando são separados. Essa divisão rompe com a conhecida teoria das duas espadas, que atribuía os poderes temporais e espirituais ao crivo do Sumo Pontífice, baseado em uma passagem interpretada alegoricamente pelo papa Gelásio I (410-496) do evangelho de Lucas, no capítulo XX, no qual Jesus determinaria que as duas espadas nas mãos dos apóstolos seria uma forma de determinar que os dois poderes (temporal e espiritual) estavam na mão da Igreja e sua sucessão apostólica.

A divisão entre poder espiritual e poder temporal teve como influência os escritos de Aristóteles (384-322 a.C.), que ganham notoriedade nas Universidades e nos grupos letrados da Baixa Idade Média. Por meio das traduções das obras aristotélicas pelo dominicano Guilherme de Moerbeke (1235-1286) e pela escola de tradutores de Toledo do século XIII²², o pensamento político aristotélico ganhou notoriedade nos círculos literários do mundo medieval (SKINNER, 1996, p. 72). Como afirma o historiador Charles H. Haskins sobre o período do século XIII: “nenhum outro escritor despertou tanto interesse quanto Aristóteles”²³ (HASKINS, 2015, p. 49). Esse interesse é notável no pensamento do dominicano Tomás de Aquino (1225-1274), prosseguindo com pensadores posteriores que serão influenciados por ele, como Dante e João Quidort²⁴ (1255-1306), sucessivamente.

De acordo com o historiador Ronald G. Musto, a modificação do pensamento político medieval após a reintrodução, via cultura árabe, dos tratados de Aristóteles na Europa Cristã, é um processo que não pode ser ignorado. Ele comenta que a teoria política mais comum na Alta Idade Média utilizava o modelo dos termos agostinianos da *civitas* e da política cristã carolíngia, mantendo uma ligação da política entre o mundo terrestre e o espiritual. O retorno de algumas obras de Aristóteles ao ocidente medieval, com o esforço da união do pensamento

²² Vale ressaltar que a influência da escola de Toledo por tradutores Árabes e Judeus garantiu essa possibilidade de Aristóteles voltar ao mundo cristão medieval. Nesse período, o domínio do grego entre os medievais era escasso e, somente séculos depois, retorna uma preocupação no estudo do grego. Nem Tomás de Aquino, nem Dante Alighieri tinham domínio do idioma grego.

²³ Com toda reverência aos escritos do estragirita, no início do século XIII houve uma proibição de alguns escritos de Aristóteles na França, principalmente em Paris. Posteriormente, foi permitido aos poucos que estudantes pudessem ter acessos as obras do filósofo que vieram dos árabes. Na metade do século XIII, Alberto Magno e Tomás de Aquino incorporaram na sua filosofia escolástica o pensamento de Aristóteles e suas discussões, assim consolidando sua autoridade nas discussões filosóficas nas universidades (LE GOFF, 2014, p. 141).

²⁴ João Quidort ou chamado também de João de Paris, deixa bem explícito em sua defesa do poder temporal e a separação das esferas, quando afirma: “Mas não se deve entender que Cristo, pela fé, reine nos homens, como se alguém, ao converter-se à fé, venha a tornar-se súdito do vigário de Cristo nas coisas temporais, assim como soem os homens ser súditos dos reis. Se assim fosse, Cristo teria mudado o reino terreno, como Herodes temia. Mas diz-se apenas que reina pela fé, porque os homens submetem a Cristo aquilo que neles é supremo e mais importante, que é o espírito, e o entregam como cativo em obediência à fé. Este é o espírito dos santos. Por isto, ‘Cristo reina pela fé’ significa que reina não sobre as posses temporais, mas nos corações” (QUIDORT, *Sobre o poder régio e papal*, IX, p. 67).

de Tomás de Aquino, a teoria política antiga ganha contornos cristãos, mas em contrapartida, o vocabulário e pensamento político adquirem certa autonomia secular, ocorrendo algumas diferenças com a forma de pensamento vigente (MUSTO, 2002, p. 3). Este fenômeno é percebido tanto no *De Monarchia* quanto no *Convívio* com as inúmeras citações das obras adentradas no século XIII de Aristóteles, e a reverência ao “Filósofo”.

Mesmo com bastante influência de Aristóteles, podemos perceber que o tratado dantesco não se resume à teoria do filósofo grego. Ele ganha contornos diferentes, problemáticas discutidas no contexto medieval e apropriações singulares no contexto das comunas italianas. A antiga virtude²⁵ romana retoma como modelo a ser seguido pelos seus contemporâneos²⁶, tanto a da república quanto ao do *Imperium*. E nisso podemos observar pontos de reflexão singulares sobre os argumentos do poeta como, por exemplo, o uso da política romana como ideal da governança absoluta, junto com o seu *corpus* jurídico e da sua história. A relação entre história, direito e política estão também na força do discurso dantesco, assim como a filosofia e teologia. Nesse aspecto, como podemos compreender a apropriação dantesca da política e do povo romano no tratado *De Monarchia*? Como, em termos medievais, o uso da história pode elucidar o discurso do poeta em seu tempo? Essas questões estimulam a tentativa de compreender os aspectos de apropriação dos textos clássicos no contexto das cidades italianas e sua produção intelectual e historiográfica no período dos embates políticos.

O pensador medieval e a historiografia medieval

Para a compreensão da apropriação política e histórica de Dante no *De Monarchia*, deve-se adentrar na historiografia de seu período. As formas da historiografia na Itália dos séculos XIV, XV e XVI são direcionadas a uma narrativa das cidades e das vidas privadas. As especificidades do historiador²⁷ (ou cronista) medieval, que difere do exame crítico das historiografias contemporâneas é justamente o comprometimento com o costume e repetição. Dante, sendo filósofo e poeta — e não historiador —, seguiu os modelos da historiografia de sua época. Como não é um interpretador crítico da realidade histórica, assim como os seus contemporâneos, termina, segundo o historiador medievalista Jaume Aruell, sendo um servo

²⁵ *Virtus*.

²⁶ O historiador político inglês Quentin Skinner na sua obra *As Fundações do Pensamento Político Moderno* afirma que a *virtus* ganha notoriedade desde Dante até os pensadores subsequentes. (SKINNER, 1996, p. 117).

²⁷ A posição de um historiador no século XIII e XIV tem uma preocupação narrativa bem diferente de um exame crítico das fontes, operação que se popularizou com a escola metódica do século XIX. Por isso, o termo cronista pode ser adequado à terminologia dos historiadores medievais.

dos documentos de que dispõe e da tradição que lhe é legada pelo texto (ARUELL, 2013, p. 100).

O surgimento das crônicas e narrativas do contexto citadino italiano pode ser considerado como um resultado da autonomia das comunas e da herança romana da península Itálica. Segundo Jaume Aruell, a reorganização dos arquivos das famílias patrísticas das comunas italianas, proporcionaram documentos textuais valiosos para os cronistas do século XIV. Incluídos dentro do ambiente citadino, essas crônicas centravam-se nos conflitos das famílias dentro da cidade ou, externamente, nas invasões de outros governantes (ARUELL, 2013, p. 132). A *Nuova Cronica* de Giovanni, Matteo e Filippo Villani²⁸ sobre a história de Florença envolve os conflitos internos e externos da cidade. Inclusive, as batalhas e conflitos dos Guelfos e Gibelinos e os Estados Pontifícios são descritos nessa obra. Também, em relação à cidade, os escritos de Coluccio Salutati²⁹, Leonardo Bruni³⁰ e Dino Compagni³¹ descrevem a história de Florença e a defesa dos cidadãos dessa cidade. Aqui encontramos uma relação, mas também diferenças com a proposta dos textos dantescos. A nova história urbana dos cronistas não só incorporava as convenções da historiografia romana, mas também a substância dessa história romana e da Itália antiga como fonte de inspiração republicana de qual captura lições políticas, inclusive o caráter antimonárquico (ARUELL, 2013, p. 133).

Enquanto esses autores veem a semelhança das comunas com o regime republicano clássico (ARUELL, 2013, p. 132), sendo esse um modelo ideal, Dante se opõe pelo seu entendimento global do *Imperium* e propõe um domínio da Itália para o mundo. Este entendimento fica claro no primeiro livro do tratado que somente um governante nobre seria o ideal (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, I, 2, 2), e que mais governantes transformariam a política em um jogo de ambições, saindo do seu verdadeiro propósito do bem do homem.

O que existe de comum entre Dante e os historiadores/cronistas de sua época é a ideia do passado romano antigo como inspiração para toda a Itália. As narrativas desses autores buscam olhar para Roma como norte de suas reflexões e até como herdeiras de sua identidade.

²⁸ A *Nuova Cronica* ou *Novas Crônicas* é uma história de Florença escrita, de uma forma linear, seguindo um formato ano por ano, pelo cronista Giovanni Villani (1280-1348) durante o século XIV. Ela prosseguiu com o seu irmão Matteo (1283-1363) e seu sobrinho Filippo Villani expandiu mais os escritos da *Nuova Cronica*.

²⁹ Coluccio Salutati (1331-1406) Foi um humanista, filósofo, literato e chanceler da República de Florença; foi amigo de Petrarca e Giovanni Boccaccio, e um dos mais importantes líderes políticos e culturais do renascimento florentino.

³⁰ Leonardo Bruni (Leonardus Brunus Aretinus, Leonardo Aretino, 1370-1444) Foi um humanista, secretário papal, filósofo, historiador, tradutor e chanceler italiano. Bruni tem seu papel importante pela divisão conceitual da história em antiga, medieval e moderna. Nomenclaturas que os historiadores ainda utilizam.

³¹ Dino Compagni (1246/1247-1324) foi um político, escritor e historiador italiano. Escreveu a *Cronica delle cose occorrenti ne' tempi suoi* em 1310-1312. <https://www.britannica.com/biography/Dino-Compagni>. Acesso em 05/08/2020.

Essa herança que, segundo o poeta, veio do *populus romanus*³² e garante não só uma instrução do presente, mas o domínio do mundo por direito (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, II, 6, 8) diante da grandeza desse povo. Essa reflexão presente nas obras de Dante pode ser notada, posteriormente, no pensamento de Marsílio de Pádua³³ e no político Cola de Rienzo³⁴, na sua tentativa de estabelecer o *Buono stato*.

Essa apropriação do mundo clássico romano nas narrativas italianas indica uma continuação da perspectiva da história como um exemplo a ser observado no passado, como na máxima ciceroniana *historia magistra vitae*. Os medievais e o mundo cristianizado até a Baixa Idade Média apresentavam resistência em perceber a história pagã mesclada à história cristã, mas isso não impediu que elas mantivessem seu lugar, mesmo que subalterno à história cristã, legitimada pelo conteúdo religioso (KOSELLECK, 2006, p. 44). No Baixo Medievo até a ascensão do Renascimento, os escritos clássicos ganharam acolhida, foram recebidos no ciclo de pensadores. Em Dante podemos perceber, por exemplo, como os prodígios atribuídos aos deuses romanos são reapropriados nos quadros de uma cosmovisão cristã.

Que para estabelecer o Império Romano Deus tenha recorrido a milagres é uma verdade que se prova pelo testemunho de ilustre autores. De fato, sob Numa Pompílio, segundo rei dos romanos, quando este sacrificava no rito gentílico, caiu do céu um escudo sobre a cidade eleita por Deus, tal como Lívio testemunha na primeira parte de sua obra (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, II, 4, 5).

Compreendendo pela citação do primeiro livro do historiador romano Tito Lívio (59 a. C. - 17 d. C.), que afirma os escudos caídos dos céus no reinado de Numa Pompílio, ocorreram por ação do deus Marte Gradivo (TITO LÍVIO, *Ab Urbe Condita*, I, 20), Dante interpreta o prodígio pagão na concepção da providência cristã. Assim, o Deus cristão teria conduzido estes eventos miraculosos assinalando as marcas da predestinação divina desse povo. Desse modo, a herança de Roma presente em sua história pode ser inclusa para o mundo cristão como uma virtude desse nobre povo, segundo Dante.

³² É o termo latim para o povo de Roma. É importante compreender o aspecto ideológico de Dante. O povo de Roma é o da visão de Dante, e serve para suas pretensões políticas.

³³ Marsílio de Pádua (1275-1342) foi um filósofo, pensador político, médico e teólogo italiano. Conhecido por escrever junto ao pensador João de Jandum a obra *Defensor Pacis*. Em outra obra que resume os temas do *Defensor Pacis*, o *Defensor Menor*, Marsílio deixa explícita a semelhança das ideias políticas dantescas. Nessa obra ele afirma que "Efetivamente o poder de legislar assim foi confiado ao povo romano e ao seu Príncipe, segundo podemos claramente ver tanto nos livros de história dignos de crédito como na sagrada escritura" (PADUA, *Defensor Menor*, XII, 2).

³⁴ Nicola Gabrini ou Cola di Rienzo (1313-1354) foi um humanista e político que tentou instaurar uma república italiana com sua sede em Roma. Conforme Ronaldo G. Musto (2002, p. 2), nutrido pelos pensamentos que permeavam tanto Dante quanto os cronistas italianos do século XIV, Cola di Rienzo tentou instaurar o *Buono Stato*, uma política que fundia os ideais republicanos romanos, as comunas italianas e a vinda da nova Jerusalém joaquinita (Joaquim da Fiore -1135-1202).

Para analisar o texto do *De Monarchia* e compreender os seus horizontes, uma perspectiva conceitual é essencial para nortear uma hermenêutica que possa vincular o discurso dantesco que apropria da história romana a historiografia medieval e seus embates políticos. Nisto podemos observar como o pensador medieval lida com suas fontes, utilizando-as como autoridade no conhecimento e perceber como apropria-se da história romana no segundo livro para utilizar o conceito de *Imperium* como tese central de sua obra.

Tradição e autoridade

Visto que a proposta do segundo livro é justamente a legitimação do povo, os argumentos do poeta voltam-se para uma autoridade vigente em sua época que eram os pensadores clássicos da Antiguidade. Para o mundo medieval, a importância dessa tradição é fundamental para o corpo de autoridade que será mediado pela linguagem do texto³⁵. O intelectual do século XII é um profissional com seus materiais básicos, os antigos, com suas técnicas, das quais a principal é a imitação dos antigos, tal como a frase atribuída ao filósofo Bernard de Chartres: “Somos anões carregados em ombros de gigantes” (LE GOFF, 2014, p. 36). No comentário do medievalista francês Jacques Le Goff, existe uma necessidade de ressaltar a importância do clássico como base de autoridade. Segundo Le Goff,

Se esses mestres que são clérigos, que são bons cristãos, preferem como *textbook* Virgílio ao Eclesiastes, Platão a Santo Agostinho, não é apenas por estarem convencidos de que Virgílio e Platão são ricos em ensinamentos morais e de que por trás da casca há a medula (e haverá mais disso nas Escrituras ou nos Padres?), mas porque a *Eneida* e *Timeu* para eles são obras antes de tudo *científicas* — escritas por sábio se próprias para serem objeto de ensino especializado, técnico, enquanto a Escritura e os Padres, que também podem ser ricos de matéria científica (o Gênesis não é obra de ciências naturais de cosmologia, por exemplo?), o são apenas secundariamente (LE GOFF, 2014, p. 36).

Em termos de estudos, Dante herda dos intelectuais clérigos este entendimento. Infelizmente não há um consenso acerca da educação do poeta e sobre quais universidades teria frequentado, mas existem algumas hipóteses; a respeito do estudo laico, da educação franciscana e passagens pela Universidade de Paris e Bolonha (STERZI, 2008, p. 37)

³⁵ Assim como o pensamento de Hans G. Gadamer afirma que “consideramos tradição tudo o que chega ao existente humano e na linguagem; o que foi cultivado e atravessou gerações, os preconceitos (legítimos e ilegítimos, descobertos e ocultos), a história e seus efeitos” (ZABEU, 2014, p.104), para um pensador medieval a linguagem no texto expressa o seu meio de contato com a tradição. É com o texto que ele dialoga com o seu saber.

(FRANCO JUNIOR, 2000, p. 25). Por meio de seus escritos, podemos perceber que ele concluiu o estudo das artes liberais, o *Trivium* e o *Quadrivium*³⁶.

O segundo livro da obra *De Monarchia*, em suas onze divisões, centraliza sua argumentação na glória predestinada do povo romano, pelos relatos de seus historiadores e poetas. O uso de Tito Lívio e Virgílio compõe a narrativa da teologia gloriosa de Roma. As referências seguem de acordo com as necessidades de enriquecer o argumento do autor. No primeiro e segundo capítulo ele afirma que percebeu os sinais evidentes de Deus na glória do povo romano. No terceiro capítulo, ele demonstra que o povo romano possui direito sobre o mundo conhecido (os continentes: europeu, asiático e africano) através dos casamentos do herói Enéias com Creusa (Filha de Príamo), Dido³⁷ (rainha dos Cartaginenses) e Lavínia (filha do Rei Latino). Esses casamentos, na visão de Dante, são uma demonstração da nobreza hereditária vinculada ao herói Enéias. Enéias representa a glória ancestral dos romanos nas três partes do mundo (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, II, 3, 9-16). Para o Poeta “Por todas estas provas quem não estará convencido de que é Enéias o pai do povo romano, e, por conseguinte, que é este o mais nobre de quantos povos cobre o firmamento?” (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, II, 3, 17).

No quarto capítulo, ele defende a legitimidade do *Imperium* dizendo que “O ser cujo crescimento é ajudado de milagres é querido por Deus; existe, portanto, legitimamente” por direito (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, II, 4, 1). Seu entendimento dos milagres coaduna com a perspectiva escolástica e Dante aplica isso aos testemunhos dos povos pagãos. As autoridades de Tito Lívio, Lucano (39-65) e Virgílio (70-19 a. C.)³⁸ são incorporadas ao texto para a demonstração do querer divino e a proteção pelos milagres. A autoridade³⁹ dos escritos clássicos no entendimento dos milagres é comparada a Moisés e os escritos sagrados da tradição cristã quando afirma que “para estabelecer o Império Romano Deus tenha recorrido

³⁶ O ensino conhecido e disseminado da idade média. O *Trivium* era composto com as disciplinas de lógica, gramática e retórica, enquanto o *Quadrivium* era de aritmética, geometria, astronomia e música. Dante no segundo tratado sua obra *O Convívio* faz uma ligação entre as sete artes com as ordens celestes. O que poderia indicar que ele estudou e completou e tinha domínio do conteúdo das sete disciplinas (DANTE ALIGHIERI, *Convívio*, II, 13,8).

³⁷ No fim do Livro IV da *Eneida*, a rainha de Cartago, Dido, apaixonada e abandonada pelo herói Enéias, comete suicídio pelo amor não correspondido por ele. Dante ignora na sua argumentação do *De Monarchia* sobre as condições da relação de Dido e Enéias, do mesmo modo ignora que Creusa (filha do rei troiano Príamo) foi extraviada durante a fuga de Tróia, no Livro II da *Eneida*.

³⁸ Marco Aneu Lucano e Públio Virgílio Maro são notórios poetas romanos da dinastia Julio-Claudiana (27 a.C. – 68 d.C.). As obras que produziram, como a *Farsália* (Lucano) e a *Eneida* (Virgílio), tornaram-se clássicos e de grande reverência no mundo medieval.

³⁹ Esse ponto é totalmente rebatido pela crítica do Dominicano Guido Vernani sobre o *De Monarchia*, pois Dante insere os créditos dos acontecimentos sobrenaturais, descritos pelos romanos, na sua história e atribui aos demônios os feitos descritos (GUIDO VERNANI, *De reprobatione Monarchie composita a Dante*, II, 6).

a milagres é uma verdade que se prova pelo testemunho de ilustre autores” (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, II, 4, 5), assim como “estabelece que só a Deus pertence fazer milagres; o que é corroborado pela autoridade de Moisés” (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, II, 4, 2).

No quinto capítulo o poeta adentra na definição de direito⁴⁰. “Quem se propõe procurar o bem público, visa também a finalidade do direito⁴¹” (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, II, 5,1). Para o poeta, Roma cumpre o propósito maior do direito na medida que submete o mundo ao bem público (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, II, 5,18). A utilização da autoridade de Cícero e os exempla Cincinato e Fabricio, propõe a validação de seu argumento a respeito da missão romana de levar as leis aos outros povos (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, II, 5, 2-16). O sexto e o sétimo capítulo tratam da capacidade natural de dominar os povos e as distinções sobre a competição, sintetizando uma teoria natural do *Imperium* por direito.

Já no capítulo oitavo e o nono Dante defende que o povo romano, por direito e desígnio divino, superou todos os outros povos que desejavam estabelecer a hegemonia no mundo e conseguiu. Líderes políticos como Nino⁴², Vesoges⁴³, Ciro⁴⁴, Xerxes⁴⁵ e Alexandre⁴⁶ falharam sucessivamente⁴⁷ diante da conquista romana (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, II, 8, 3-14). E nisso diz o autor que por meio do duelo e do direito Roma conquistou o *Imperium* (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, II, 8, 15). Nos dois últimos capítulos do segundo livro a argumentação do poeta é voltada para a legitimação do direito romano através dos dogmas da fé⁴⁸. Para o poeta, foi no direito romano que Jesus Cristo nasceu (registrado pelo senso

⁴⁰ É interessante explicitar a teoria do direito da época de Dante. Bastante influenciada pela universidade de Bolonha e dos glosadores do *corpus iuris civilis* (o *Digesto* e as *Novelas* principalmente). O resgate do direito romano no *trecento* aumentou de acordo com os estudos dos universitários para diversos fins. Dante cita o *Digesto* justamente nesse quinto capítulo (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, II, 5,1).

⁴¹ “*Quicumque pretere a bonum rei publice intendit, finem iuris intendit*” (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, II, 5,1).

⁴² Rei lendário dos Assírios e esposo de Semíramis que, segundo Dante (referenciando o historiador Paulo Osório), foi o primeiro a dominar a Ásia, mas fracassou em estabelecer um Império mundial (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, II, 8,3).

⁴³ Um Faraó Egípcio também mencionado pelo historiador Paulo Osório. Segundo Clara Klaus, a dificuldade de reconhecer quem foi esse Faraó tem formado estudos filológicos a respeito. Mais informações no *instituto da Enciclopédia Italiana*. Link: https://www.treccani.it/enciclopedia/vesoges_%28Enciclopedia-Dantesca%29/. Acesso em 30/09/2023.

⁴⁴ Ciro, o grande, foi um rei (Xá) da Pérsia entre 559 e 530 a.C.

⁴⁵ Xerxes I foi um rei (Xá) da Pérsia de 486 a 465 a.C. Conhecido por ter participado das guerras Greco-Persas.

⁴⁶ Alexandre III da Macedônia ou Alexandre Magno (356-323 a.C.) foi rei (*Basileu*) do reino grego antigo da Macedônia. Conhecido por suas vastas conquistas territoriais e militares em um curto período e por ser aluno do filósofo Aristóteles.

⁴⁷ Aqui podemos observar a influência da teoria da *translatio imperii* para a historiografia medieval. Essa teoria será explicada posteriormente.

⁴⁸ Esse tipo de distinção entre argumentos da razão e da fé é uma influência do Averroísmo que adentra pelos comentários às obras de Aristóteles. A doutrina da Dupla verdade. Como diria J. Le Goff “Não é um, são pelo

romano) e foi condenado (pelo julgamento e crucificação). Desse modo, a legitimação do *Imperium* por direito é estabelecida por Jesus, pois se o direito romano não tivesse eficácia, a expiação dos pecados em Jesus não teria acontecido ou surtido efeito pela lei (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, II, 11, 10). Desse modo, finaliza a argumentação do segundo livro que tem por norte a apropriação da história romana.

Como forma de estruturar um pensamento baseado na literatura latina clássica, Dante insere as ações da providência divina na história romana de modo a indicar a subordinação do poder romano somente a Deus. O poeta florentino apoia na autoridade dos escritores romanos para relatar os feitos de sua história e incorporar a tradição clássica que é legada pelos seus escritos no espaço de experiência do poeta. Provavelmente, o que encoraja o uso dessas autoridades clássicas na obra é a necessidade de demonstrar que o poder temporal⁴⁹ consegue sua finalidade política sem interferência do poder espiritual. Nesse aspecto, o conceito de *Imperium* é um ponto chave para compreendermos o objetivo do tratado *De Monarchia*.

Os desdobramentos do conceito de *Imperium* e a apropriação dantesca

Um tratado político medieval como o *De Monarchia*, que transita entre teologia, história, filosofia, não apresenta um recorte disciplinar moderno das ciências (SANTANA, 2010, p. 17). Os argumentos dantescos estão inseridos em fronteiras de saberes que estão imbricados.

No segundo livro do tratado, podemos visualizar, por entre o horizonte conceitual de *Imperium* e a apropriação da história romana a forma medieval de relacionar política e história. Desse modo, uma investigação conceitual que permita compreender os processos diacrônicos do conceito pode elucidar a historicidade de seu uso político. Observando como o historiador Reinhart Koselleck descreve a metodologia da História dos Conceitos, é possível delimitar um entendimento histórico no uso do conceito apropriado por Dante Alighieri.

A história dos conceitos mede e estuda essa diferença ou convergência entre os conceitos antigos e as atuais categorias do conhecimento. Nesse sentido, a história dos conceitos, por mais específicos que possam ser seus próprios métodos, e apesar de sua riqueza empírica, é uma espécie de propedêutica para uma teoria científica da história – ele leva a teoria da história. (KOSELLEK, 2006, p. 306).

menos dois Aristóteles que penetram no ocidente: O verdadeiro, e o de Averroés. É mais ainda, na verdade, porque cada comentador, ou quase, tinha o seu Aristóteles” (LE GOFF, 2014, p. 140). Tanto no tratado de Dante quanto nos escritos de Marsílio de Pádua e Guilherme de Ockham encontramos influências da doutrina do filósofo árabe.

⁴⁹ Em latim: *regimen temporale*.

Na perspectiva de mediação da linguagem textual e de que o homem constrói as suas relações de ser na história, tanto a riqueza empírica como a tradição nos deixam como fontes a participação dessa presença no mundo e suas relações compartilhadas. O conceito nos permite uma inserção nas relações significadas uma vez que elas “combinam experiências e expectativas multiformes de tal modo que se tornam indispensáveis para qualquer formulação dos temas mais urgentes de um determinado tempo” (KOSELLECK, 2006, p. 103). Com isso, a investigação da fonte com o suporte da *História dos Conceitos* (*Begriffsgeschichte*) será fundamental para elucidar os termos utilizados pelo poeta florentino. No que concerne ao rastreamento dos sentidos do *Imperium* cumpre um rápido regresso ao período de Augusto César (63 d.C. – 14 d.C.) de forma a detectar a posterior apropriação cristã do título de Imperador.

Para Dante, a autoridade imperial “depende imediatamente de Deus” (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, III, 1, 5) e não do Pontífice. O propósito dessa afirmação é separar o poder espiritual⁵⁰ e o poder temporal do controle eclesiástico, que na bula *Unam Sanctam*, estabelecia década antes como domínio da Igreja e do Sumo Pontífice o poder temporal. O poeta vai buscar essa independência no poder temporal no mundo romano, como um poder legítimo e anterior à Igreja. Nessa argumentação, o conceito *Imperium* é assimilado na narrativa do *De Monarchia* como uma monarquia universal.

A necessidade de um *Imperium* estável e legítimo era primeiramente voltada para o contexto da Península Itálica. Dante, que na obra o *Convívio* compara a Itália como um cavalo correndo sem o seu cavaleiro, afirma que caso Imperador é como um “cavaleiro da vontade humana”⁵¹ (DANTE ALIGHIERI, *Convívio*, IV, 9, 10). Em uma parte do *Purgatório* da Divina Comédia, no qual afirma, alegoricamente, que se César (representando o Imperador) sentasse-se na “sela” do território (seu domínio), Deus o aprovaria (DANTE ALIGHIERI, *Purgatório*, VI, 91-93). Consequentemente, o poeta eleva o Imperador ao domínio do mundo, como um guia da razão; “Era responsabilidade principal do Imperador, por meio da razão natural e da filosofia moral a que pertencia a ciência legal, guiar a mente humana para a beatitude secular” (KANTOROWICZ, 1998, p. 280).

⁵⁰ *Regimen spirituale*.

⁵¹ Em Dante, a política e a razão andam em conjunto. Como afirma o filósofo político Eric Voegelin em seus escritos da *História das ideias políticas V. III*: “Para Dante, a faculdade especificadamente humana é a *potentia intellectiva* universal. Segundo o autor, é incompatível com a universalidade da natureza humana que o homem encontre uma existência plenamente satisfatória em um reino particular (*regnum particulare*). À universalidade do intelecto, corresponde a *universitas hominum* organizada sobre um mundo monárquico” (VOEGELIN, 2013, p. 90). Aqui podemos observar que a primeira frase do primeiro livro, “Este parece ser o dever principal de todos os homens predispostos pela natureza superior a amar a verdade” (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, I, 1,1) é um dever universal e rompe com os limites de um reino particular, assim como o próprio poeta argumenta no seu livro.

A entrada do Imperador do Sacro Império Romano Germânico Henrique VII de Luxemburgo na Península Itálica entre 1308-1310 apresentaria uma oportunidade de unificação e, não só isso, mas a possibilidade de estabelecimento da monarquia universal, uma só cabeça do mundo temporal, como proposto no primeiro livro. É um indicativo que a produção da escrita do tratado tenha sido estimulada pelo ingresso de atividades do Imperador.

A perspectiva de um único Imperador coaduna com o pensamento do abade Engelberto de Admont⁵², seu contemporâneo, que também o visava como única solução de um governo que promoveria a paz, enxergando o *Imperium romanum* como legítimo e justo no seu domínio (BLACK, 1992, p. 94). Também ao pensamento pró-império de Alexandre de Roes (1225-1288), um clérigo da cidade de Colônia que, algumas décadas antes, em sua obra *Memoriale*, afirmava que, pela vontade de Deus, os germanos deveriam governar o mundo na forma de um *Imperium*, deixando aos franceses e aos italianos a competências da cultura e do papado respectivamente (ULLMANN, 1999, pp. 179-180). Todos os três pensadores, mesmo com suas singularidades, podem ser relacionados à teoria da Translação do Império⁵³, a ideia de uma sucessão linear de Impérios que culminaria nos seus respectivos governantes ideais. Essa forma de enxergar a sucessão imperial pode ser bem notada nas reflexões históricas do clérigo Otto de Freising (1114-1158), no século XII, e ganhou recepção especialmente entre os pensadores germânicos (GRZYBOWSKI, 2014, p. 80). O que podemos diferenciar da tradição germânica dos escritos de Otto e o de Dante é o legado do *populus romanus*. Segundo Lukas Gabriel Grzybowski,

Na sua narrativa Otto de Freising associa a decadência do poder romano à ascensão do poder germânico em um processo contínuo, conquanto lento. No relato do bispo, a representação dessa ascensão está ligada ao abandono das virtudes por parte dos romanos e a aquisição dessas por parte dos povos germânicos (GRZYBOWSKI, 2014, p. 81).

⁵² Engelberto de Admont (1250-1331) foi um pensador, abade do mosteiro beneditino de Admont, na Estíria (região na atual Áustria). Contemporâneo de Dante, era muito versátil no seu campo de pensamento, suas produções literárias incluem trabalhos sobre teologia moral e dogmática, filosofia, história, ciência política, Escrituras Sagradas, ciências naturais, pedagogia e música. Escreveu duas obras que se destacam em termos políticos; *De Regimine Principum*, no qual aconselha os governantes e o *De Ortu Progressu et Fine Romani imperii*, obra que se assemelha a divisão do *regimen spirituale* e do *regimen temporale* de Dante. Afirma uma continuação do *Imperium Romanum* pelo Sacro Império Romano Germânico, reforçando o Imperador único cabeça temporal.

⁵³ *Translatio imperii*: Uma definição dessa sucessão de Impérios pode ser encontrada desde o século X nos pensamentos do abade Adso de Montier-en-Der (910-992), que afirmava a sucessão de Roma para os francos e na coroação de Carlos Magno (742-814). Para isso, ele argumentava que sucessivamente vários reinos ascenderam e sucumbiram e o Império Romano está sustentado nos francos, em uma análise baseada nas visões encontradas nos textos bíblicos do livro de Daniel (LATOWSKI, 2013, p.71-72). Esse tipo de teoria linear continuará a ser reproduzida nas obras político-teológica por muito tempo no ocidente e apropriada por diferentes tradições.

Já para Dante, especificadamente, o *Imperium* legítimo é o que provém do *populus romanus*, que por ele: “reconheci por sinais evidentes de que tudo havia sido predisposto pela divina providência” (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, II, 1, 3). O *populus romanus*, que ganha uma notoriedade basilar no discurso dantesco, fornecendo uma estrutura de história Providencialista paralela ao povo de Israel e da descendência no Antigo Testamento. Desse modo, tanto no *Convívio* quando no *De Monarchia*, Dante discorre os eventos históricos a demonstrar os efeitos da providência de Deus para o seu povo eleito e, assim, criando uma dupla história “sagrada” para dois fins paralelos. O que torna marcante nesse ponto é, se esse *populus* envolve a *urbs* ou a todo o *Imperium*. Essa afirmação parece ser bem entremeada nos seus escritos. O que podemos ver no poeta, pelo livro dois do *De Monarchia*, é o uso apropriado a história da *urbs* através dos escritos dos historiadores romanos, mas a concretização do plano providencialista ocorre no *Imperium*. Como afirma o estudioso Ernst Kantorowicz,

São Paulo havia chamado o momento da encarnação de Cristo de “plenitude do tempo” (Gálatas 4,4), uma expressão exclusivamente referida a Cristo. Dante, contudo, incluía Augusto, pois chamava “plenitude do tempo” àquele momento providencial em que ambos, Cristo e Augusto, estavam trilhando o solo desta terra “porque nenhum ministério útil à nossa felicidade ficou sem ministro”. Ou seja, apenas no reinado do perfeito imperador, o divino Augusto, havia a *perfecta monarchia*, o império dos romanos, em um estado de perfeita paz; e, na “plenitude do tempo” (KANTOROWICZ, 1998, p. 282).

Isso é singular de Dante em relação aos outros pensadores que pensavam a história dos governos pela translação dos impérios. Cabe compreender que, com as agitações políticas do século XIII, essa teoria ganhou mais notoriedade entre os pensadores medievais, pluralizando-a em diversas perspectivas de pensadores pro-Ímpérios⁵⁴, dependendo de suas pretensões territoriais e identitárias.

Nesse aspecto, é possível perceber a diferença do conceito do *Imperium* da Roma clássica e a singularidade do termo na obra de Dante? O conceito de Dante é produto da sua cosmovisão cristã e da apropriação dos escritos clássicos o que o torna diferente dos pensadores germânicos principalmente por sua tese ser estruturada pelo *populus romanus* e o direito de domínio do mundo que tem por base o direito. Para os romanos clássicos, o ideal de *Imperium* já permeava o imaginário de seus cidadãos (WOOLF, 2017, p. 36). Autores como o poeta Virgílio que viveu sob o governo de Augusto escreve na *Eneida* a concepção de um “Ímpério sem fim”⁵⁵ (VIRGÍLIO, *Eneida*, I, 279) prometido por Júpiter e o autor Tito Lívio,

⁵⁴ Podemos citar também o nome de Jordão de Osnabrück (1220-1284), (BURNS, 1988, p. 386) que em sua obra *De praerogativa Romani Imperii* mantém a narrativa da sucessão do Império aos germanos por Carlos Magno (BLACK, 1992, p. 93).

⁵⁵ Em latim: *Imperium sine fine*.

historiador, que narra os feitos da *urbs* romana desde os primórdios da fundação. Na literatura latina, a predisposição do Império sem fim estava nos primórdios da *urbs aeterna* e seus fundadores, mas o período histórico desses escritores era de um Império das expedições militares e das crises políticas que a *res publica* enfrentava⁵⁶.

O termo “império” deriva do latim *Imperium*. Seu significado fundamental era “comando” e, até o final da república, esse continuou sendo seu sentido primário. Ainda nos dias de Júlio Cesar, a palavra *Imperator* (origem do nosso imperador) indicava apenas general, alguém investido de comando. Soldados em um campo de batalha podia entoar o título após uma vitória como meio de homenagear seu comandante...Um sentido que *imperium* só adquiriu mais tarde nesse processo foi o de “território total controlado por Roma” (WOOLF, 2017, p. 43).

Foi justamente com Augusto que o título de *Imperator* foi equiparado ao de *Princeps*, no sentido de primeiro cidadão. Otávio Augusto foi o primeiro a utilizar o título militar de *Imperator*, que era concedido ao general depois de uma campanha vitoriosa, como um prenome, tal como aparece nas moedas e na epigrafia. A figura do governante romano ganhou permanência no campo das ideias ocidentais junto com a memória de um Império Universal, um vasto território multicultural e linguístico subordinado às leis e aos desígnios da capital. Se a *res publica* para Cícero (106-43 a.C.) é considerada a “reunião que tem seu fundamento no consentimento jurídico e na utilidade comum” (CÍCERO, *Sobre a República*, I, 25), Augusto, em janeiro de 27 a. C., estabelece o que virá a ser o *Imperium*, o poder militar concentrado em suas mãos que compartilhava com a dignidade do Senado (MENDES, 2006, p.28). Essa modificação na estrutura política ganhou com o Principado uma configuração de um poder centralizado, apesar de que os indícios já apareciam nas últimas décadas da república com os “ensaios de poder pessoal em Caio Graco, Sila, Pompeu e Júlio César” (MENDES, 2006, p. 23). Delimitar o início do uso do conceito *Imperium* é uma tarefa árdua, assim como afirma o historiador Greeg Woolf, as ideias e conjuntos de símbolos do Império romano representam uma tentativa de imitar, ou “estabelecer” um domínio universal. Assim, “cada vez que Roma era copiada, direta ou indiretamente, a ideia de império era modificada” (WOOLF, 2017, p. 44).

Com Dante podemos observar a aplicação do conceito de *Imperium* a partir da posição central que ocupa na sua teoria política, mesmo tendo em vista as modificações semânticas da palavra entre a Antiguidade e o Baixo Medievo. Em sua teoria política, apresenta um *Imperium* sobre todos os reinos e principados, (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, I, 2, 2) ou seja, um

⁵⁶ O clássico historiador Theodor Mommsen (1817-1903) propõe pensar que o fim do período republicano romano começa pela morte dos irmãos Graco. Depois dessa movimentação política dos irmãos, desagregou e fragmentou as estruturas da *Res Publica* (MENDES, 2006, p.22), promovendo novas formas de estruturas políticas.

“comando de todos os outros comandos” (DANTE ALIGHIERI, *Convívio*, IV, 4, 7). O poeta utiliza os dois conceitos políticos, *Imperium* e *Monarchia*, com o intuito de ilustrar um governo universal, um poder maior que gerencia os principados subalternos. Este *Imperium*, na cosmovisão de Dante, estaria predestinado por Deus para que o glorioso povo romano estabelecesse um governo legítimo por direito sobre outros povos (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, II, 8, 2) e “que a autoridade imperial foi concebida para a perfeição da vida humana” (DANTE ALIGHIERI, *Convívio*, IV, 9,1). Sendo o *populus romanus* predestinado à monarquia temporal, é coordenada imediatamente pelo poder divino e já tinha atingido sua grandeza (ou nobreza) em poder antes do poder eclesiástico. Dante deixa explícito no terceiro livro da obra *De Monarchia*, dizendo que “o Império possuía toda a sua força num tempo que a Igreja não existia ou não agia” (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, III, 12, 3). O que torna uma legitimação do povo romano e de sua própria história. Na sua obra *Convívio*, escrita antes do *De Monarchia*, a ligação de Roma com um Império cristão aparece no terceiro livro

Principalmente a do povo santo no qual o alto sangue troiano estava misturado, isto é, de Roma, Deus elegeu tal povo a esse ofício [...] Assim, o povo romano foi demovido não pela força, mas pela divina providência, que está acima de qualquer razão. E nisso está de acordo Virgílio no primeiro livro da Eneida, quando fala personificando Deus: “A esses — isto é, romanos — não impondo o fim nem das coisas nem do tempo; a eles dei o império sem fim” (DANTE ALIGHIERI, *Convívio*, IV, 4, 10-11).

No *De Monarchia*, o desenvolvimento da tese ganha um corpo mais teórico do que a pequena passagem do *Convívio*. Diferente das propostas políticas francesas, germânicas ou papistas, Dante fixa sua unidade imperial em Roma defendendo a universalidade contida no conceito que estaria vinculado ao conceito de cidadão imperial oriundo da tradição clássica. Mesmo com o fundamento no conceito clássico de *Imperium*, a argumentação dantesca passa pelo mundo religioso e eclesiástico.

Que deixem, então, de injuriar o Império Romano aqueles que se dizem filhos da Igreja. Veem que Cristo, esposo da Igreja, confirmou o Império nas duas pontas da sua existência: nascimento e na morte. Penso que agora se pode considerar assaz evidente que o povo romano se adcreveu o Império do universo com toda legitimidade (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, II, 11,7).

Na questão religiosa, o poeta argumenta que o *Imperium* foi legitimado por lei em Jesus Cristo. Como explicado no segundo livro, Dante vê a ligação de legitimidade da Roma Imperial com a pessoa de Jesus, através do censo⁵⁷ que foi promulgado durante o nascimento de Jesus

⁵⁷ O censo de Quirino foi realizado nas províncias romanas da Judéia e Síria aproximadamente em 6 d.C. feito pelo governador da Síria Públio Sulpício Quirino. Esse edito está relatado no evangelho de Lucas como o censo que promoveu o nascimento profético de Jesus na cidade de Belém.

em Belém, e a crucificação na Gólgota⁵⁸ sob o governo de Pôncio Pilatos. No seu entendimento: “Se Cristo, então, não houvesse padecido sob um juiz ordinário não seria a sua punição. E esse juiz ordinário tinha de ser aquele cuja jurisdição se estendesse sobre todo o gênero humano” (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, II, 11, 5). Afirmando sobre o edito da autoridade romana do período do nascimento de Jesus,

Cristo, pelo seu ato mesmo, afirma, então, a justiça do edito daquele que agia em nome dos romanos- Augusto. E como um edito justo implica uma jurisdição legítima, resulta que Cristo, dizendo justo o edito, dizia justa a jurisdição romana, a qual, se não fosse legítima, seria injusta (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, II, 10, 8).

Para o autor, é inquestionável que Jesus validou, durante a sua vida, a jurisdição romana. Na questão eclesiástica, a posição de Dante no *De Monarchia* deixa claro a posição paralela entre o poder temporal e espiritual no final da obra.

César deve ter por Pedro o respeito dum filho primogênito por seu pai: para que, iluminado, pela luz paterna da graça, com mais força irradie pelo mundo — mundo cujo governo recebeu d'Aquele que é o governador de todas as coisas espirituais e temporais (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, III, 15, 18).

Nesse ponto ele argumenta que o poder temporal deve respeito ao espiritual, de onde recebe “aperfeiçoamentos acidentais” (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, III, 4, 20). No entanto, ressalta que “a autoridade Imperial não depende do vigário de Deus, depende de Deus” (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, III, 15, 1). É a tese do terceiro livro que ele propõe direcionar o discurso para provar sua independência. Isso também o leva a argumentar sobre a história romana. Em uma passagem do *Convívio* ele estabelece a origem do reino espiritual pela descendência de Davi e a cidade de Roma.

Tudo isso foi no tempo em que nasceram Davi e Roma, isto é, no tempo em que Eneias veio de Tróia à Itália, quando se deu a origem da cidade romana, assim como dizem as escrituras. Por isso, é evidente a escolha do Império romano para o nascimento da Santa Cidade, que foi contemporâneo da ascendência de Maria. (DANTE ALIGHIERI, *Convívio*, III, 4, 6).

No *De Monarchia* ressalta que o desenvolvimento do poder do *Imperium* foi anterior ao da Igreja, logo, o surgimento simultâneo do poder temporal e o espiritual na história garante a dependência desses poderes paralelos somente do Deus cristão. Inclusive, para o poeta, a união desses poderes foi o que fez decair a força do Império Romano. No final do segundo livro, afirma “Ò povo ditoso, ò Ausônia gloriosa, quão mais feliz terias sido se o destruidor do teu Império não tivesse nascido, ou se nunca a piedade o tivesse induzido em erro” (DANTE ALIGHIERI, *De Monarchia*, II, 11, 8). Esta referência está diretamente ligada

⁵⁸ A Gólgota era a colina nas proximidades de Jerusalém onde ocorreu a crucificação de Jesus.

a conhecida e controversa doação de terras, feita pelo Imperador Constantino (272-337) ao Pontífice, que circulava no período medieval. Essa desordem continuaria na disputa do poder entre Henrique VII com o papa Clemente V, impedindo esse Monarca de liderar a Itália e interferindo no poder temporal. Dante deixa nos versos finais do canto XXX do *Paraíso* (DANTE ALIGHIERI, *Paraíso*, XXX, 136-148) a sua indignação com a situação⁵⁹ e condena o Pontífice ao círculo infernal onde já se encontra o Papa Bonifácio VIII (DANTE ALIGHIERI, *Inferno*, XIX, 82-84). Para o desenvolvimento direto de sua narrativa, o *Sommo Poeta* deixa compreensível que o *De Monarchia* está direcionado ao *Imperium* e ao *populus romanum*. Autores do *trecento* italiano, como o próprio Dante, que com as experiências das comunas e de um tradicionalismo romano, irão incorporar ideais que fundem a tradição clássica com o mundo cristão tardo-medieval. Isso o poeta florentino encontrou na história romana as lições que fundamentaria seu discurso e demonstraria o governo Imperial ideal que resolveria os seus problemas e o de todo o mundo conhecido por ele.

Considerações finais

Posto em discussão sobre a obra *De Monarchia* de Dante Alighieri, discorreremos sobre o entendimento de sua obra através do conceito *Imperium* e o entendimento da história nos escritos do autor. É necessário pensar a apropriação desse conceito político e percorrer o entendimento de história do autor como elementos fundamentais de seu discurso. Através de um estudo dos horizontes hermenêuticos e conceituais para compreender as ideias políticas do pensador, vemos como ele utiliza da apropriação clássica para fundamentar sua tese do governo universal e de funcionalidade à parte do poder eclesiástico, e como ele inclui o povo italiano para garantir a herança de Roma. Isso demonstra que os aspectos factuais, para além de seus escritos, que as ideias tratadas na obra foram circuladas e discutidas entre teóricos políticos do século XIV e que a apropriação da história de um povo para si, será algo que acontecerá constantemente nos processos políticos posteriores. Neste caso, o *De Monarchia* se mostra indispensável para compreender as ideias políticas do ocidente no Baixo Medievo.

⁵⁹ Na possível datação da escrita do *Paraíso*, Dante já havia perdido as esperanças do retorno a Florença pela morte de Henrique VII de Luxemburgo. Seu descontentamento pode ser observado no Canto XXX (DANTE ALIGHIERI, *Paraíso*, XXX, 133-148).

THE APPROPRIATION OF THE IMPERIUM CONCEPT IN THE STORY POPULUS ROMANUS FROM THE BOOK DE MONARCHIA BY DANTE ALIGHIERI

Abstract: This article aims to develop a study about the appropriation of the classical political concept imperium by the Florentine poet Dante Alighieri in his political treaty De Monarchia. Terms and concepts are constantly changing over time and receive singular appropriations, depending on their historical use. Dante incorporates the term imperium in his studies, as was common in the reality of medieval thinkers. In De Monarchia, the concept plays a central role in his political and historical perspective on how to solve the problems of the Italic peninsula. Through his notion of empire and the use of the history of the Roman people, this study aims emphasize the uniqueness of political thought on Dante as a possibility to understand the events and the forms of political and history produced in Late Middle Ages.

Key Words: Politics. Medieval. History. Rome. Imperium.

LA APROPIACIÓN DEL CONCEPTO IMPERIUM EN EL CUENTO POPULUS ROMANUS DEL LIBRO DE MONARCHIA DE DANTE ALIGHIERI

Resumen: Este artículo busca desarrollar un estudio sobre la apropiación del concepto político Imperium por parte del poeta florentino Dante Alighieri en su tratado político De Monarchia. Los términos y conceptos cambian constantemente a lo largo del tiempo y reciben apropiaciones únicas según su uso histórico. El Sommo Poeta incorpora el término Imperium para sus usos políticos y estudios, como era habitual en la realidad de los pensadores en baja Edad media. En De Monarchia, el concepto juega un papel central en su perspectiva política e histórica sobre cómo resolver los problemas de la península italiana. A través de su noción de Imperio y el uso de la historia del pueblo romano, el propósito de este estudio pretende señalar la singularidad del pensamiento político dantesco como posibilidad de comprensión de los acontecimientos y formas de conocimiento político e histórico producidos en el bajo medievo.

Palabras clave: Política. Medieval. Historia. Roma. Imperium.

Referências

Documentos textuais

ALIGHIERI, Dante. **Convívio**. Tradução, introdução e edição das notas de Emanuel França de Brito; apresentação de Giorgio Inglese. 1ª edição. São Paulo: Penguin Classics Companhia das letras, 2019.

ALIGHIERI, Dante. **De Monarchia**. CURATORE: Pier Giorgio Ricci. LICENZA: questo testo è distribuito con la licenza specificata al seguente indirizzo Internet: <http://www.liberliber.it/biblioteca/licenze/> TRATTO DA: Enciclopedia Dantesca Appendice : biografia, lingua e stile, Opere Istituto dell'Enciclopedia Italiana fondato da Giovanni Treccani, Roma, 1978.

ALIGHIERI, Dante. Monarquia. In: AQUINO, Tomás de; SCOTUS, Duns; OCKHAM, Guilherme; ALIGHIERI, Dante. **Coleção Os Pensadores**. Tradução de Carlos do Soveral. 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

ALIGHIERI, Dante. Divina Comédia, **Inferno**. Tradução e notas de Ítalo Eugenio Mauro. 13ª Reimpressão – São Paulo, Editora 34, 2015.

ALIGHIERI, Dante. Divina Comédia, **Purgatório**. Tradução e notas de Ítalo Eugenio Mauro. 13ª Reimpressão – São Paulo, Editora 34, 2015.

ALIGHIERI, Dante. Divina Comédia, **Paraíso**. Tradução e notas de Ítalo Eugenio Mauro. 13ª Reimpressão – São Paulo, Editora 34, 2015.

CÍCERO, Marco Túlio. *De República*. In: EPICURO; LUCRÉCIO; CÍCERO; SÊNECA. **Coleção Os Pensadores**. Tradução e notas: Agostinho da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

PADUA, Marsílio de. **Defensor menor**. Editora Vozes, 2019.

LÍVIO, Tito. **História de Roma- Ab Urbe Condita Libri I**, 6 volumes. São Paulo, Paumape, 1989.

QUIDORT, João. **Sobre o poder régio e papal**. Tradução e introdução Luís A. de Boni. Petrópolis: Vozes, 1989.

VIRGÍLIO MARO, Publio. **Eneida**; edição bilíngue. Trad. Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Editora 34, 2016.

Obras de referência

ARUELL, Jaime. La historiografía medieval: Siglos IX-XV. In: J. AURELL; C. BALMACEDA; P. BURKE y F. SOZA. **Comprender el pasado. Una historia de la escritura y el pensamiento histórico**, Akal, Madrid, p. 95-142, 2013.

BARNABÉ, Gabriel Ribeiro. A Teoria da Plenitudo Potestatis no Século XIII e XIV. **INTERAÇÕES - Cultura e Comunidade**. Uberlândia: v. 5 n. 7, p. 151-161, jan. jun. 2010 p.151.

BLACK, Antony et al. **Political thought in Europe, 1250-1450**. Cambridge University Press, 1992.

BURNS, James Henderson; BURNS, James Henderson (Ed.). **The Cambridge history of medieval political thought c. 350-c. 1450**. Cambridge University Press, 1988.

FRANCO JUNIOR, Hilário. **Dante Alighieri: O poeta do absoluto**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

GRZYBOWSKI, Lukas Gabriel. **Fundamentos do poder imperial em meados do século XII: A fortitudo e a translatio imperii na obra de Otto de Freising**. Lócus: Revista de História, Juiz de Fora, v. 22, n. 1, p. 69-91, 2016.

HASKINS, Charles H. **A ascensão das Universidades**. Tradução de Nilton Ribeiro. Balneário Camboriú, SC: Livraria Danúbio Editora, 2015.

KANTOROWICZ, Ernst Hartwig. **Os Dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval**. Companhia das Letras, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Passado Futuro: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto e Ed PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992, p.134-146.

LE GOFF, Jacques. **Os Intelectuais da Idade Média**. Tradução de Marcos de Castro. 6ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2014.

LOYN, Henry R. **Dicionário da Idade Média**. Trad. Álvaro Cabral; revisão técnica, Hilário Franco Júnior. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MENDES, Norma Musco. "Sistema Político do Principado". In: MENDES, Norma M. e SILVA, Gilvan. (org.). **Repensando o Império Romano**. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: EDUFES, 2006.

MUSTO, Ronald G. **Avignon and Rome: Clement VI, Cola di Rienzo and the buono stato**. Avignon Conference University of Minnesota, Minneapolis, Center for Medieval Studies, April 27, 2002.

RICCI, P. Giorgio. **Enciclopedia Dantesca (1970)**. Disponível em: http://www.treccani.it/enciclopedia/monarchia_%28Enciclopedia-Dantesca%29/ acesso em 15/10/2019.

ROMERO, Mariana Amorim. **Dante Alighieri e a busca do paraíso: de Florença à Ravena (1265-1321)**. Universidade Federal de Goiás, 2016.

SANTANA, Débora Galvão de. **O Pensamento Político dos Reis – Análise das concepções políticas veiculadas por D. Duarte e D. Pedro (Portugal- século XV)**. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2010.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

STERZI, Eduardo. **Porque ler Dante**. São Paulo: Globo, 2008.

ULLMANN, Walter. **Historia del pensamiento politico en la Edad Media**. Traducción de Rosa Vilaró Piñol. 4ª edición, Barcelona, Ariel, 1999.

VERNANI, Guido. Here begins the treatise of Friar Guido Vernani of the order of preachers, concerning The *Refutation of the Monarchia Composed by Dante*. In: CASSELL, Anthony K.; ALIGHIERI, Dante; VERNANI, Guido. **The Monarchia controversy: an historical study with accompanying translations of Dante Alighieri's Monarchia, Guido Vernani's Refutation of the Monarchia composed by Dante and Pope John XXII's bull, Si fratrum**. CUA Press, 2004.

VOEGELIN, Eric. **História das ideias políticas: Volume III**. Tradução de Mendo Castro Henriques. São Paulo: É Realizações, 2013. – (coleção filosofia atual).

WOOLF, Greeg. **ROMA: a história de um Império**. Tradução de Mário Molina, São Paulo: Editora Cultrix, 2017.

ZABEU, Gabriela Miranda. *Tradição e Autoridade na Hermenêutica de Hans-Georg Gadamer*. **PERI**, v. 06, n.01, 2014, p.99-117.

SOBRE O AUTOR

Eduardo França de Souza é graduado em História pela Universidade de Pernambuco (UPE); pós-graduado em Teologia Filosófica pela Universidade Unifil.

Recebido em 30/09/2023

Aceito em 08/01/2024